



Excelentíssima Senhora
Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores – Vice-presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Excia, para efeito de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita, direccionadas ao Governo Regional, nomeadamente à Vice-presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, nos termos do nº 1 e nº 2 do artigo nº 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 2017

Com os melhores cumprimentos,

O deputado do BE/Açores

(Paulo Mendes)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 489	Proc. n.º 54.06.03
Data: 017/02/13	N.º 100/XI

Exmº Sr. Vice-presidente do Governo Regional,

Emprego e Competitividade Empresarial

Exmª Sra. Secretária Regional da Energia,

Ambiente e Turismo

ASSUNTO: Financiamento público a empresa privada para a instalação de parque fotovoltaico na ilha Terceira.

A Resolução do Conselho do Governo n.º 113/2016 de 7 de junho aprovou a concessão de um incentivo financeiro à empresa RIDA, Lda, promotora de um projeto para a instalação de um parque fotovoltaico na ilha Terceira, a desenvolver por uma empresa ainda a ser criada.

A empresa promotora do projeto em causa, a RIDA, Lda., é uma sociedade por quotas, com um capital social de 18.000,00€, a quem foi concedido, no âmbito do subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico Regional dos Açores (SIDER), um financiamento de 1.605.325,48€ (não reembolsável) e 912.116,75€ (reembolsável), num investimento total de 3.969.575,00€, cujo encargos são suportados pelo Programa 1 – Competitividade, Emprego e Gestão Pública,

O investimento público em energias renováveis é fundamental para uma Região que, ainda com maior premência do que o restante país, necessita de reduzir a sua dependência face a combustíveis fósseis.

O setor energético é, inclusive em economias desenvolvidas, estratégico e um dos monopólios naturais, pois só assim se garantem patamares básicos que proporcionem iguais condições de desenvolvimento a todos os agentes envolvidos no mercado, motivo para que se constitua como serviço público essencial, dada a sua transversalidade às várias atividades e setores económicos.

A entrega, ou a partilha, do setor energético ao interesse privado leva a situações de desequilíbrio no mercado concorrencial, com prejuízo para a qualidade do serviço e para o custo a ser suportado pelos clientes (domésticos e empresariais), além de ocasionar situações de autêntico rentismo.

Se se tiver em conta que a EDA – empresa com capitais maioritariamente públicos – adquire toda a energia produzida por empresas privadas que se dedicam à



| Grupo Parlamentar |



produção de energia, a atribuição de financiamento público a iniciativas de carácter privado no setor da energia, apesar de completamente legal e enquadrável nos programas de incentivo à iniciativa privada, resulta de decisões políticas questionáveis.

Atribuir financiamento público a empresas privadas no setor energético, com a agravante de tal investimento se destinar a uma forma de produção energética de grande relevo e significado para o futuro do setor, acompanhado da garantia de compra da produção elétrica pelo setor público, é também um sinal de desinvestimento na EDA.

Nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa., respostas às seguintes questões:

- 1- Que garantia é dada de que a atividade desta empresa é sustentável sem recurso à venda da sua produção elétrica à EDA?
- 2- Como poderá esta empresa, a quem foi atribuído financiamento público, não concorrer com a EDA?
- 3- Tem o modelo de exploração da rede pública de eletricidade, na ilha Terceira, capacidade para receber e armazenar energia elétrica atualmente produzida por fontes de energia renovável?
- 4- Com base em que estudo se equaciona a integração deste parque fotovoltaico na atual rede pública de eletricidade na ilha Terceira?

O deputado do BE/Açores

(Paulo Mendes)

Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 2017